

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas (“Log-In” ou “Companhia”) são prestadoras de serviços marítimos de cabotagem e longo curso (Mercosul), além de operarem terminais terrestres e portuários. A Companhia oferece soluções logísticas integradas (“one stop shop”) para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta, ou seja, por meio marítimo complementado pela ponta rodoviária, bem como pela armazenagem de carga em terminais portuários. A Companhia possui sete navios em operação, sendo cinco próprios e dois afretados por tempo.

A Log-In (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto com Sede na cidade do Rio de Janeiro e tem seus títulos negociados na bolsa de valores de São Paulo - B3 S.A. - sob o código LOGN3.

2. DESTAQUES

A Administração destaca a seguir alguns assuntos importantes nesta divulgação:

- Emissão de debêntures

Em junho de 2019, a Log-In realizou sua 2ª emissão de debêntures para financiar a aquisição da nova embarcação (Log-In Polaris). O valor total captado foi de R\$90.000, tendo sido parte subscrito em junho de 2019 e o restante em agosto de 2019.

- Aquisição de embarcação (Log-In Polaris)

Em 2017, a Companhia contratou junto ao estaleiro chinês CSSC Guangzhou Wenchong Shipyard a construção de uma nova embarcação com capacidade de 2.700 TEUS. Ao final do mesmo ano, este contrato foi transferido para sua controlada Log-In Marítima. Em julho de 2019, a construção do navio (Log-In Polaris) foi concluída e o início de sua operação ocorreu em dezembro de 2019. O custo total de aquisição desta embarcação foi de R\$ 171.590.

- Renovação do contrato de arrendamento do Terminal de Vila Velha

A Companhia, por meio de sua controlada Terminal de Vila Velha S.A. (“TVV”), possui contrato de arrendamento firmado - desde 1998 - com a Companhia Docas do Estado do Espírito Santo (CODESA), a detentora do direito de concessão para a exploração dos berços 203 e 204 do Cais de Capuaba no porto de Vitória - ES. Este contrato possui prazo de 25 anos e está em fase de conclusão da renovação por igual período.

- Oferta pública primária de ações (follow-on)

Em oferta pública primária de ações ordinárias, com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, encerrada em novembro de 2019, onde a Companhia emitiu 43.700.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, que refletiram em um aumento de capital no montante de R\$633.650, ao preço de R\$14,50 por ação, sem considerar as deduções relacionadas a comissões e despesas.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

3.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, com os saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Para as controladas do exterior que atuam em ambiente econômico estável e possuem moeda funcional distinta da Controladora, as demonstrações do resultado são convertidas para Reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica. Para as controladas que atuam em ambiente de economia hiperinflacionária, os saldos de ativos, passivos e resultado acumulado são convertidos pela taxa final.

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da alienação dos investimentos.

3.4 BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas até 31 dezembro de cada exercício. Outras informações sobre as controladas da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 11.

O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As participações minoritárias em controladas são identificadas separadamente da participação da Companhia nessas controladas. O valor contábil das participações minoritárias corresponde ao valor dessas participações no reconhecimento inicial acrescido da parcela de variações subsequentes no patrimônio líquido das participações minoritárias.

3.5 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções logísticas integradas (“one stop shop”) para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta. Com vistas a proporcionar a intermodalidade aos clientes (solução de transporte porta-a-porta), a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, rodoviários de curta distância, terminais terrestres, terminais portuários e armazenagem.

Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes. As informações reportadas ao Presidente da Companhia (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho da Companhia considera essa intermodalidade dos serviços prestados como um único segmento operacional.

3.6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.7 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A partir de 2019, as principais políticas contábeis para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras passaram a estar descritas abaixo das respectivas notas explicativas. As práticas contábeis são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores, exceto pela aplicação a partir de 1º de janeiro de 2019, do IFRS 16 - Leases /CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

a) IFRS/CPC novas e alteradas em vigor no exercício corrente

A partir de 1º de janeiro de 2019, estão vigentes as seguintes novas normas e alterações:

- Alterações no CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16);
- Alterações no CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28);
- Alterações no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (IAS 19);
- Alterações no CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9);
- ICPC 22 - Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e
- Revisão anual do CPC nº 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas demonstrações individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e períodos comparativos, exceto pelas alterações no CPC 06 (R2) cujos impactos estão apresentados a seguir:

- Impacto da adoção inicial da IFRS 16 (CPC 06) - Arrendamento

A IFRS 16/CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27).

A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, eliminando a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais. O modelo exige do arrendatário o reconhecimento de um ativo representado pelo direito de uso do ativo arrendado e de um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor, conforme aplicável.

Na transição para a aplicação da norma, a Companhia reavaliou todos os contratos para identificar arrendamentos com direito de uso dos ativos identificados conforme definição de contrato de arrendamento prevista na IFRS 16/CPC 06 (R2). A Companhia aplicou a norma em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, sem atualização das demonstrações comparativas, que continuaram a ser divulgadas de acordo com o IAS 17 e IFRIC 4. Em virtude de optarmos pela mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso com base nos pagamentos de arrendamentos remanescentes ajustados a valor presente, utilizando a taxa de desconto incremental de captação sobre o passivo financeiro do arrendatário em 1º de janeiro de 2019 previsto no respectivo CPC/IFRS, não houve efeitos cumulativos reconhecidos como ajustes ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia realizou a avaliação da taxa incremental a ser utilizada nos contratos de arrendamento. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário, aplicada a passivos de arrendamento reconhecidos no balanço patrimonial na data da aplicação inicial corresponde a um intervalo de 8,68% até 13,00%.

Resumo dos efeitos da adoção da norma IFRS 16 (CPC 06) em 1º de janeiro de 2019:

	Quantidade de Contratos	Consolidado 01.01.2019	Controladora 01.01.2019
Contratos arrendamento mercantil:			
Leasing de equipamentos de containers	59	73.335	73.335
Locação de imóveis em escritórios	5	5.532	5.532
Locação de imóveis em terminais portuários	1	14.988	14.988
	65	93.855	93.855

O impacto da adoção consiste no registro de um passivo de arrendamento em contrapartida da rubrica de direito de uso, no montante de R\$93.855, na data de 1º de janeiro de 2019. A partir desta adoção, os direitos de uso passaram a ser amortizados tendo seus registros nos custos e despesas operacionais e as obrigações serão atualizadas por suas taxas efetivas com os registros correspondentes nas despesas financeiras.

A operação de “Sale lease back” da controlada Log-In International GmbH referente à embarcação NV Resiliente reconhecida anteriormente como imobilizado e sua obrigação como Empréstimos e financiamentos, passa a ser apresentada como ativos de direito de uso e obrigações com arrendamento mercantil.

A mensuração desses valores considerou a utilização de julgamentos e estimativas, tais como a definição das taxas de desconto, ativo subjacente de baixo valor e outros aspectos que necessitaram de avaliação para a mensuração.

b) IFRS/CPC novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de divulgação destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e alterações a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

- IFRS 17 - Contratos de Seguros

A norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021.

- IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações.

■ Alterações à IFRS 3 - Definição de negócios

As alterações são aplicáveis prospectivamente a todas as combinações de negócios e aquisições de ativos para os quais a data de aquisição cai no período ou após o primeiro período anual de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2020.

■ Alterações à IAS 1 e IAS 8 - Definição de material

As alterações são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020.

■ Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS

As alterações, quando efetivamente indicam atualizações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3.8 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA ("DFC") CONTÁBEIS

A Companhia classifica nas demonstrações dos fluxos de caixa os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade operacional, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos recebidos representam uma extensão de suas atividades operacionais

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas na experiência e conhecimento da Administração nas informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas explicativas:

Estimativas e julgamentos contábeis críticos	Nota explicativa
Mensuração das perdas de crédito esperadas ("PCE")	6
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	10
Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	10
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	12
Premissas para testes de recuperabilidade de ativos imobilizado	12
taxa de desconto incremental utilizada para mensurar as obrigações com arrendamentos	14
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	17

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

■ Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa, mensurados a valor justo por meio do resultado, compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor.

As aplicações financeiras são inicialmente mensuradas a valor justo e subsequentemente de acordo com as suas respectivas classificações:

- Custo amortizado: fluxos de caixa que constituem o recebimento, em datas especificadas, de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e o modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: títulos nos quais a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes;
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais títulos e valores mobiliários.

■ Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e bancos	7.299	3.492	1.723	1.054
Aplicações financeiras	48.016	13.538	47.721	12.188
	55.315	17.030	49.444	13.242

As aplicações financeiras referem-se principalmente a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 100% do CDI, e em debêntures compromissadas vinculadas a CDI, com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 79% do CDI.

■ Composição das aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Custo amortizado	10.805	6.318	9.678	6.318
Valor justo por meio do resultado	608.167	-	608.167	-
	618.972	6.318	617.845	6.318
Circulante	608.167	6.318	608.167	6.318
Não circulante	10.805	-	9.678	-

Aplicações em CDB remunerados à uma taxa média de aproximadamente 100,2% do CDI, em 31 de dezembro de 2019.

Parte substancial dessas aplicações financeiras, no montante de R\$598.869, são oriundas dos recursos da emissão de ações realizada pela Companhia no exercício corrente e serão destinadas a expansão estratégica dos ativos da Companhia, conforme nota explicativa nº 19. Sendo assim, estas não atendem aos critérios de equivalentes de caixa definidos no item 7 do CPC 03(R2).

O saldo de aplicações financeiras no não circulante refere-se à aplicação em CDB para atendimento da cláusula restritiva de contrato firmado com o BNDES/FMM, para construção das embarcações mencionado na nota explicativa nº 14.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

O contas a receber de clientes representa os valores a receber pelos serviços prestados pela Companhia. O contas a receber é reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao mensurar as Perdas de Crédito Esperadas ("PCE") a Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante pelo não pagamento de valores a receber de seus clientes. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCE, que é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período de tempo específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

O histórico de perdas de valores a receber de clientes na posição de 2019 é inferior a 1% do contas a receber, se comparado a 2018. A Companhia constituiu provisão (PCE) para todas as contas a receber ajuizadas ou glosadas, uma vez que a experiência histórica indicou que esse contas a receber em geral é de difícil recuperação.

Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Contas a receber de clientes	156.877	157.509	123.729	132.072
Provisão para perdas de crédito esperadas	(11.393)	(18.745)	(7.905)	(13.962)
	145.484	138.764	115.824	118.110

"Aging list" do contas a receber de clientes	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Valores a vencer	121.722	99.467	97.651	86.185
Valores vencidos:				
De 0 a 30 dias	15.184	15.794	11.865	12.279
De 31 a 90 dias	5.735	11.653	5.267	10.192
De 91 a 180 dias	5.052	11.850	3.738	9.454
De 181 a 360 dias	4.935	3.662	3.779	3.465
Acima de 360 dias	4.249	15.083	1.429	10.497
	156.877	157.509	123.729	132.072

Movimentação das perdas de crédito esperadas	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Saldo inicial	(18.745)	(23.052)	(13.962)	(16.959)
Adições	(4.048)	(2.570)	(4.034)	(2.302)
Baixas em contas a receber	11.400	6.877	10.091	5.299
Saldo final	(11.393)	(18.745)	(7.905)	(13.962)

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

■ Composição

As principais transações da Companhia com partes relacionadas são oriundas da prestação de serviços com empresas controladas relacionadas na nota explicativa nº 11.

	Controladora			
	31.12.2019		31.12.2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Terminal de Vila Vella S.A. (a)	8.855	56.671	2.185	36.115
Log-In Mercosur (b)	3.727	10.300	3.136	9.041
Log-In International GmbH. (c)	22	17	1.195	854
Log-In Uruguay (d)	90	423	68	412
Log-In Navegação (e)	7.917	664	5.996	26
Log-In Marítima (f)	6.640	1.868	1.585	-
	27.251	69.943	14.165	46.448
Circulante	27.251	31.435	12.580	22.045
Não circulante	-	38.508	1.585	24.403

Os saldos ativos com partes relacionadas referem-se basicamente as seguintes transações:

- (a) Valores a receber decorrentes de dividendos a receber junto ao Terminal de Vila Vella S.A. no montante de R\$6.645, compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$1.408, reembolso de despesas no valor de R\$687 e outros no valor de R\$115.
- (b) Dividendos a receber junto a Log-In Mercosur no montante de R\$1.952, serviço de frete no valor de R\$1.073 e R\$702 de limpeza de container.
- (c) Reembolso de despesas referente a embarcação Pantanal.
- (d) Reembolso de despesas administrativas.
- (e) Valores a receber decorrentes do compartilhamento de despesas administrativas.
- (f) Conta corrente com controlada referente a reembolso de despesas da embarcação Polaris.

Os saldos passivos com partes relacionadas referem-se basicamente as seguintes transações:

- (a) Mútuos no montante de R\$38.508, com encargos equivalentes a 104% do CDI, e valores a pagar no montante de R\$18.163 referente a movimentação de carga e descarga de contêineres.
- (b) Serviços de operações portuárias no valor de R\$8.654 e comissão de vendas no valor de R\$1.646, sem incidência de juros e prazo de vencimento.
- (c) Valores a pagar referente ao contrato de afretamento a casco nu da embarcação Resiliente com a controlada.
- (d) Reembolso de despesas administrativas.
- (e) Valores a pagar referente ao contrato de afretamento a casco nu da embarcação Jatobá com a controlada.
- (f) Valores referentes a venda de óleo combustível da Log-In Marítima (navio Polaris) para a Log-In Logística.

As transações com partes relacionadas registradas no resultado da Companhia totalizam os montantes discriminados abaixo:

	Controladora			
	31.12.2019		31.12.2018	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Log-In Navegação	-	(33.363)	918	(36.764)
Log-In International GmbH	-	(2.070)	-	(3.109)
Terminal de Vila Velha S.A.	-	(4.342)	-	(4.514)
Log-In Mercosur S.R.L.	429	(817)	650	(1.401)
	429	(40.592)	1.568	(45.788)

	Controladora			
	31.12.2019		31.12.2018	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Fretes e serviços	429	(38.757)	1.568	(44.793)
Despesas Financeiras	-	(1.835)	-	(995)
	429	(40.592)	1.568	(45.788)

O saldo de mútuo com a controlada TVV teve a seguinte movimentação no período:

	Saldo em 31/12/2018	Captação, líquida IOF	Juros incorridos	Pagamento de mútuos	Dividendo compensado	Saldo em 31/12/2019
Mútuos com controladas	24.403	39.967	1.835	(12.147)	(15.550)	38.508

A remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo benefícios de curto e longo prazos, está demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Remuneração	8.985	10.353	8.985	9.456
Plano de opção de ações	3.179	1.894	3.179	1.894
	12.164	12.247	12.164	11.350

8. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Imposto e renda e contribuição social	176	13.552	49	10.120
PIS e COFINS	21.915	17.878	11.445	7.293
PIS e COFINS – Armadores estrangeiros (a)	62.412	78.558	-	1.316
Outros	4.790	7.485	1.341	2.035
	89.293	117.473	12.835	20.764
Circulante	54.780	46.733	12.835	19.448
Não circulante	34.513	70.740	-	1.316

- (a) Refere-se a valores a recuperar em sua controlada TVV decorrentes de contribuições (PIS e COFINS) sobre serviços prestados para armadores estrangeiros. A Companhia e sua controlada TVV vêm realizando estudos e análises sobre os efeitos tributários incidentes sobre suas operações, notadamente no que tange às contribuições sociais PIS/COFINS. Tais tributos a recuperar decorreram de indébitos fiscais.

9. ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - “AFRMM”

Política contábil

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) foi instituído pelo Decreto-lei nº 2.404/1987 e disciplinado pela Lei nº 10.893/2004. Com as alterações trazidas pelas Leis nº 12.599/2012 e 12.788/2013, a administração das atividades relativas à cobrança, fiscalização, arrecadação, restituição e ressarcimento do AFRMM passou a ser de responsabilidade da Receita Federal do Brasil (RFB).

O AFRMM destina-se a atender aos encargos da intervenção da União no apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval brasileira e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

A Companhia aufer 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes, cujos montantes podem apenas ser utilizados na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita subvencionada na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia.

O benefício do AFRMM é reconhecido no ativo e passivo circulantes quando da liberação para a conta vinculada dos recursos a receber do Fundo da Marinha Mercante-FMM, bem como os valores a receber do FMM referentes às amortizações de financiamentos efetuados com recursos próprios da Companhia.

Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado quando da amortização dos financiamentos à medida que ocorre o cumprimento das obrigações previstas na legislação específica.

As subvenções para investimento não estão sujeitas à tributação, devendo ser registradas como reservas de lucros até o limite do lucro líquido do exercício, conforme nota explicativa 19. O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação vigente.

■ Composição

	Consolidado e Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
Balanco patrimonial - Ativos:		
AFRMM a aplicar (parcela liberada)	14.027	267
AFRMM a aplicar	13.887	67.107
	27.914	67.374
Circulante	14.027	31.783
Não circulante	13.887	35.591

A movimentação dos recursos oriundos do AFRMM registrados pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 está assim demonstrada:

	Consolidado e Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
Saldo inicial	67.374	51.655
Adições/receita	49.522	31.341
Transferência para conta corrente	(59.295)	(15.528)
Cessão de direitos econômicos do precatório (a)	(29.144)	-
Outros	(543)	(94)
Saldo final	27.914	67.374

Em março de 2006, a Companhia ajuizou ação por meio da qual questionou judicialmente o indeferimento pelo Departamento da Marinha Mercante (DMM) de pedidos de ressarcimento de AFRMM referentes aos anos de 2004 a 2006. Em junho de 2018, foi proferida decisão favorável à Log-In com o reconhecimento do direito ao ressarcimento do AFRMM referente a estes pedidos com determinação para pagamento dos ressarcimentos direto na conta vinculada da empresa. Ocorre que a União Federal, por meio da Advocacia Geral da União - AGU, ajuizou ação rescisória questionando a decisão favorável à Log-In, sob argumento de que o pagamento deveria se dar pela sistemática de precatórios, pedido acolhido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª região. Nessa ocasião, a União reconheceu como devido o ressarcimento no valor de R\$28.541.

Em maio de 2019, foi expedido o precatório no valor atualizado de R\$29.144, reconhecido como devido pela União Federal. Considerando a previsão de que os precatórios expedidos até dezembro de 2019 somente seriam pagos a partir do segundo semestre de 2020, a Companhia cedeu os direitos econômicos do precatório, recebendo do adquirente dos direitos econômicos o montante de R\$20.984 em maio de 2019, reconhecendo uma perda de R\$8.160 nessa operação.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

■ Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro baseia-se em estudo técnico, aprovado pela Administração da Companhia.

■ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de movimentação de containers e cargas, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

Além disso, a Companhia aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas. A Log-In e suas controladas estão sujeitas a revisões das declarações de imposto de renda e de outros impostos e, portanto, podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

▪ **Reconciliação do Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro (CSLL)**

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	25.698	2.662	3.549	(33.071)
Crédito (despesas) IRPJ e CSLL à alíquota efetiva (34%)	(8.737)	(905)	(1.207)	11.244
Ajustes:				
Receitas subvenções fiscais (AFRMM aplicado)	16.838	10.656	16.837	10.656
Resultado de equivalência	-	-	(1.305)	9.782
Créditos sobre prejuízos fiscais não reconhecidos	(16.218)	(2.360)	(17.724)	6.380
Custos diretos de emissão de ações	11.825	-	11.825	-
Indébitos fiscais (PIS e COFINS) compensados	(5.490)	(454)	-	-
Outros	(12.759)	(3.525)	(846)	1.011
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(14.541)	3.412	7.580	39.073
Corrente	(32.947)	(9.242)	(11.825)	(3.981)
Diferido	18.406	12.654	19.405	43.054

▪ **Composição**

Impostos diferidos	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Balanco patrimonial - ativo (líquido):				
Prejuízos fiscais e bases negativas	164.770	139.721	164.770	139.721
Diferenças temporárias (a)	6.981	6.173	6.981	13.123
	171.752	145.894	171.752	152.844
Balanco patrimonial - passivo (líquido):				
Diferenças temporárias (b)	7.886	-	-	-
	7.886	-	-	-

- (a) Diferenças temporárias ativas relacionadas basicamente a provisões operacionais e administrativas, provisão para riscos e variação cambial.
- (b) Diferenças temporárias passivas relacionadas basicamente a provisões operacionais e administrativas e provisão para riscos temporárias passivas relacionadas a recuperação de indébitos fiscais.

A expectativa de realização desses créditos fiscais diferidos ativos, conforme estudo aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na data base de 31 de dezembro de 2019, está demonstrada conforme quadro a seguir:

Ano	Consolidado e Controladora
	31.12.2019
2020	4.683
2021	8.023
2022	10.236
2023	13.033
2024	13.996
2025-2027	61.036
2028-2029	60.745
	171.752

As principais premissas do Estudo Técnico (Plano de Negócios) são:

- Premissas operacionais e econômicas com operação de uma frota composta por seis embarcações.
- O navio Polaris construído em estaleiro chinês iniciou sua operação em dezembro de 2019 e além de incrementar a receita, irá proporcionar redução dos custos e das despesas operacionais, em função de ser mais moderno tecnologicamente e da sua maior capacidade de transporte, acarretando na diluição dos custos fixos.

As bases e os impostos apresentados a seguir representam os créditos tributários não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2019, em função da ausência de perspectiva de realização desses montantes no estudo técnico aprovado.

Descrição	Consolidado		Controladora	
	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido
IRPJ	716.698	179.174	660.313	165.078
CSLL	716.698	64.503	660.313	59.428
Total		243.677		224.506

11. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

Política contábil

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada da Companhia.

Composição

Entidades	Atividade principal	Quantidade de quotas/ações	% de participação
Log-In Internacional GmbH (a)	Logística	1	100,00
Log-In Mercosur S.R.L. (b)	Apoio portuário	567.819	94,00 ¹
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. (c)	Apoio portuário	100.000	100,00
Log-In Navegação Ltda. (d)	Cabotagem	10.000.000	100,00
Log-In Marítima Cabotagem Ltda. (e)	Cabotagem	10.000.000	99,999 ²
Terminal de Vila Velha S.A. (f)	Portuária e armazenagem	9.766.014	99,90

1) 6% são detidos pela Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. 2) 0,001% detidos pelo TVV.

a) Log-In Internacional GmbH ("GmbH")

Empresa sediada na Áustria, com atuação no país ou no exterior e o propósito de administrar, adquirir, vender ou alugar ativos de propriedade real e pessoal em todo o mundo, no campo da logística e especificamente com relação as empresas do grupo Log-In.

b) Log-In Mercosur S.R.L. ("Log-In Mercosur")

Sociedade sediada na Argentina, com atuação na prestação de serviços de administração e logística, com assessoramento especializado no transporte, distribuição de materiais e equipamentos, por vias aérea, terrestre, marítima ou fluvial; no país ou exterior, além de armazenagem e despacho aduaneiro.

c) Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. ("Log-In Uruguay")

Empresa sediada no Uruguai, com atuação no país ou no exterior, cujo objeto consiste em participar de outras sociedades, assim como realizar e administrar todo tipo de atividades de investimentos em títulos e valores mobiliários, além de compra, venda, aluguel, administração, construção e operações com bens imóveis, exceto bens rurais.

d) Log-In Navegação Ltda. ("Log-NAV")

Sociedade sediada no Brasil cujo objeto consiste em explorar, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem de longo curso e fluvial, assim como agenciar e armar embarcações, promover a representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou assessorias, inerentes às suas atividades.

e) Log-In Marítima Cabotagem Ltda. ("Log-MAR")

Empresa sediada no Brasil, com atuação na exploração de embarcações próprias ou de terceiros, no comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem, de longo curso e fluvial, no agenciamento e armação de embarcações, na representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, operações de transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou assessorias, inerentes às suas atividades.

f) Terminal de Vila Velha S.A. ("TVV")

Empresa sediada no Brasil, que atua como operador portuário na exploração comercial dos berços 203 e 204 do cais de Capuaba, no Porto Organizado de Vitória, Espírito Santo e de suas instalações portuárias complementares e equipamentos destinados a movimentação de contêineres e carga geral diversa, além da operação de transporte multimodal.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Log-NAV no montante de R\$48.321 registrado na rubrica de outros passivos não circulantes na Controladora, sendo R\$33.930 líquidos dos adiantamentos para futuro aumento de capital.

■ **Movimentação dos investimentos em sociedades controladoras**

	GmbH	Log-In Mercosul	Log-In Uruguay	Log- MAR	TVV	Log-NAV	Total
Saldos em 31/12/2017	77.910	2.946	584	10.000	45.275	195	136.910
Equivalência patrimonial	(13.817)	2.759	158	(4)	69.235	(29.559)	28.772
Capitalização de AFAC	-	-	-	31.435	-	-	31.435
Integralização de capital	-	-	-	-	-	4.462	4.462
Dividendos propostos	-	(2.658)	-	-	-	-	(2.658)
Ajustes de conversão	-	474	203	-	-	-	677
Saldos em 31/12/2018	64.093	3.521	945	41.431	114.510	(24.902)	199.598
Equivalência patrimonial	(5.575)	2.756	3	(1.049)	27.982	(27.958)	(3.841)
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	4.538	4.538
Dividendos propostos	-	-	-	-	(22.195)	-	(22.195)
Ajustes de conversão	-	(665)	(9)	-	-	-	(674)
Saldos em 31/12/2019	58.518	5.612	939	40.382	120.297	(48.322)	177.426
AFAC a capitalizar	-	-	-	113.978	-	14.392	128.370
Saldos em 31/12/2019	58.518	5.612	939	154.360	120.297	(33.930)	305.796
Investimentos (ativo)	58.518	5.612	939	154.360	120.297	-	339.726
Perda com investimento (passivo)	-	-	-	-	-	(33.930)	(33.930)

12. IMOBILIZADO

■ **Política contábil**

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*).

Os gastos com grandes manutenções (docagem) planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das embarcações são reconhecidos no ativo imobilizado. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor residual contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

■ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantém inalterada, em decorrência da atual idade das mesmas, das perspectivas de suas operacionalidades normais e da manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada, que é de vinte anos.

Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia não identificou indicadores de *impairment*.

■ Composição

	Taxas médias anuais	Consolidado		Controladora	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Bens em operação:					
Embarcações	5%	558.222	421.662	164.303	164.303
Edificações e Instalações	6%	93.208	91.298	8.634	8.114
Máquinas e equipamentos	7%	76.098	72.007	2.436	2.436
Benfeitorias embarcações afretadas terceiros	20%	82.100	46.060	80.767	46.060
Móveis e utensílios	10%	8.048	7.953	4.282	4.229
Equipamentos de processamento de dados	20%	38.171	29.856	19.974	12.216
Benfeitorias em imóveis locados de terceiros	10%	12.510	8.379	9.673	8.379
Veículos	20%	482	564	97	97
Outros bens	20%	1.146	1.076	747	676
		869.985	678.855	290.913	246.510
Depreciação acumulada		(320.744)	(283.413)	(134.029)	(119.885)
Imobilizações em curso		49.956	120.557	41.481	66.940
		599.197	515.999	198.365	193.565

■ Movimentação

	Consolidado						Controladora	
	Embarcações	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias embarcações afretadas terceiros	Demais bens	Imobilizações em curso	Total	Total
Custo								
Saldos em 31/12/2018	421.662	91.298	72.007	46.060	47.828	120.557	799.412	313.450
Adições	-	-	-	-	66	155.372	155.438	19.275
Baixas e outros	-	-	-	-	(202)	-	(202)	-
Reclassificações	(1.154)	-	-	-	-	325	(829)	(330)
Transferências	171.590	1.911	4.091	36.040	12.666	(226.298)	-	-
Transferência arrendamento	(33.876)	-	-	-	-	-	(33.876)	-
Saldos em 31/12/2019	558.222	93.209	76.098	82.100	60.358	49.956	919.943	332.395
Depreciação acumulada								
Saldos em 31/12/2018	(130.806)	(30.398)	(53.319)	(29.554)	(39.336)	-	(283.413)	(119.886)
Adições	(33.352)	(3.614)	(4.747)	(9.196)	(3.568)	-	(54.477)	(28.754)
Baixas e outros	14.590	21	-	-	135	-	14.746	14.611
Transferência arrendamento	2.400	-	-	-	-	-	2.400	-
Saldos em 31/12/2019	(147.168)	(33.991)	(58.066)	(38.750)	(42.768)	-	(320.743)	(134.029)
Total	411.054	59.218	18.032	43.350	17.589	49.956	599.199	198.364

As principais imobilizações em curso em 31 de dezembro de 2019 são:

- R\$22.236, líquido da provisão constituída para perdas estimadas com realização dos ativos em construção (Cascos EI-506, EI-507 e EI-508) constituída em 2017 correspondente aos adiantamentos para construção de três navios porta-contêineres que estavam em construção pelo Estaleiro Ilha S.A. (EISA).
- R\$3.023 de gastos com docagens dos navios Jacarandá, Jatobá e Resiliente.

Provisão para perdas estimadas com realização de ativos em construção:

Em 12 de julho de 2017, a Companhia rescindiu o contrato de construção de 3 (três) embarcações junto ao estaleiro EISA, consequentemente, foi constituída provisão para perdas estimadas com a realização dos referidos ativos, como segue:

Consolidado e Controladora				
Descrição	Cascos EI-506, EI-507 e EI-508	Indenização por inadimplemento contratual, a receber	Materiais e equipamentos no estaleiro	Provisão para perdas estimadas
Adiantamentos efetuados ao "EISA"	420.461	(59.632)	(22.236)	338.593
Encargos capitalizados	164.335	-	-	164.335
	584.796	(59.632)	(22.236)	502.928

A provisão para perdas estimadas está líquida do valor de indenização, assim como dos materiais e equipamentos que estão no estaleiro, de aplicação nas referidas embarcações.

13. INTANGÍVEL

▪ Política contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A concessão de serviço público, decorrente do contrato de exploração portuária da controlada TVV está registrada como intangível, cujas amortizações são reconhecidas pelo método linear no resultado baseando-se no prazo de concessão estipulado no contrato.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

▪ Composição

	Consolidado			Controladora	
	Sistemas	Concessões portuárias	Intangíveis em desenvolvimento	Total	Total
Custo					
Saldos em 31/12/2018	118.817	8.304	6.839	133.960	116.726
Adições	1.782	-	-	1.782	1.196
Baixas	-	-	(5.975)	(5.975)	(5.975)
Transferências	-	-	(864)	(864)	(864)
Saldos em 31.12.2019	120.599	8.304	-	128.903	111.083
Amortização acumulada					
Saldos em 31/12/2018	(83.211)	(5.526)	-	(88.736)	(77.824)
Adições	(8.776)	(773)	-	(9.549)	(8.011)
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	(91.987)	(6.299)	-	(98.285)	(85.835)
Total	28.612	2.005	-	30.618	25.249
Taxa média de amortização	20%	4%			

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL

■ Política contábil

No início de um contrato, a Companhia avalia se esse instrumento é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento quando a Companhia obtém o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período, em contrapartida de uma contraprestação.

A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início do contrato. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente amortizado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados à taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Companhia.

O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

■ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As taxas incrementais são estimadas a partir da taxa de juros nominal livre de risco, adicionada do prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustadas para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, o prazo e a data de início de cada contrato.

■ Composição dos ativos de direito de uso

	Consolidado					Controladora
	Equipamentos containers	Imóveis de escritório	Imóveis em terminais portuários	Embarcações	Total	Total
Custo						
Adoção inicial	73.335	5.532	14.988	-	93.855	93.855
Transferência "Sale lease back"	-	-	-	33.876	33.876	-
Adições	4.304	1.384	4.003	-	9.691	9.691
Saldos em 31.12.2019	77.639	6.916	18.991	33.876	137.422	103.546
Amortização acumulada						
Adições	(26.836)	(2.564)	(3.676)	(1.693)	(34.769)	(33.076)
Transferência de arrendamento	-	-	-	(2.400)	(2.400)	-
Saldos em 31.12.2019	(26.836)	(2.564)	(3.576)	(4.093)	(37.169)	(33.076)
	50.803	4.352	15.315	29.783	100.253	70.470
Taxas médias de amortização	45,23%	11,21%	19,35%	5,00%		

Operação de "Sale lease back"

Em 19 de março de 2018, a controlada Log-In GmbH obteve financiamento junto a instituição financeira londrina (Bairrigg Leasing No.3 Limited), no montante de US\$5.100 (equivalentes a EUR 4.156 e R\$16.260), tendo como garantia a transferência de propriedade da embarcação NV Resiliente para a OCM. O prazo do financiamento é de 5 (cinco) anos, com amortização mensal de US\$60, acrescido de juros anuais "pro rata" pela Libor, conforme contrato pactuado entre as partes e a Controladora.

A Log-In GmbH detém os direitos de uso/operação da embarcação NV Resiliente, firmados em contrato de afretamento a casco nu com a Bailrigg Leasing No. 3 Limited. As obrigações financeiras da Log-In GmbH são: (i) amortização da dívida em 5 (cinco) anos, em 60 parcelas fixas mensais, de US\$60 cada; e (ii) pagamento final de US\$1.500 (valor de recompra). Com a amortização total da dívida, no prazo ou de forma antecipada, haverá obrigatoriamente a transferência da propriedade da embarcação de volta para a Log-In GmbH, cujas regras para a recompra antecipada (opcional) ou no final do prazo contratual (obrigatória) estão definidas no referido contrato.

▪ **Composição e movimentação das obrigações com arrendamento mercantil**

	Consolidado	Controladora
	31.12.2019	31.12.2019
Equipamento de containers	53.442	53.442
Imóveis de escritório	4.649	4.649
Imóveis em terminais portuários	16.506	16.506
Embarcações	13.926	-
	88.523	74.597
Movimentação		
Adoção inicial	93.855	93.855
Adição	9.691	9.691
Transferência "Sale lease back"	16.260	-
Juros e variação cambial no período	11.633	9.882
Outros	1.064	553
Pagamentos no período	(43.980)	(39.384)
Saldo em 31.12.2019	88.523	74.597

▪ **Cronograma de vencimentos das obrigações com arrendamento mercantil**

	Consolidado	Controladora
	31.12.2019	31.12.2019
2020	30.605	27.652
2021	22.502	19.600
2022	15.937	13.035
2023	12.790	7.621
2024 a 2028	6.689	6.689
Saldo em 31.12.2019	88.523	74.597

▪ **Pagamentos de arrendamentos de curto prazo e ativos subjacente de baixo valor**

Conforme prevê a norma IFRS 16, a Companhia optou pela isenção de reconhecimento para os arrendamentos de curto prazo e para os quais o ativo subjacente é considerado baixo valor.

	Consolidado	Controladora
	31.12.2019	31.12.2019
Despesas arrendamentos de curto prazo e ativos subjacente de baixo valor	11.487	9.287

▪ **A tabela abaixo evidência as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:**

Prazos contratos	Taxa % a.a.
1 ano	8,68%
2 anos	9,15%
3 anos	9,31%
4 anos	9,75%
5 anos	10,66%
6 anos	9,69%
9 anos	10,30%

▪ **Indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento**

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	26.270	21.155
PIS/COFINS potencial (9,25%)	2.430	1.957

▪ **Comparativo entre os saldos do arrendamento mercantil considerando os fluxos com e sem a inflação**

Passivo arrendamento mercantil	2019
IFRS 16	21.155
Nota Explicativa	21.788
	2,99%
Direito de uso líquido	2019

IFRS 16	25.907
Nota Explicativa	26.682
	2,99%
Despesa financeira	2019
IFRS 16	2.823
Nota Explicativa	2.908
	2,99%
Despesa de depreciação	2019
IFRS 16	6.240
Nota Explicativa	6.427
	2,99%

Os fluxos acima apresentados foram apenas calculados sobre os arrendamentos de imóveis de escritórios e imóveis em terminais portuários. Para os arrendamentos de containers não calculamos a inflação devido a sua contratação ter sido feita em Dólar e o pagamento deles serem remetidos a fornecedores estrangeiros. A variação é por tanto imaterial, pois a representatividade no volume de arrendamentos de containers ultrapassa os 70% dos arrendamentos totais contratados e registrados em consonância ao CPC 06 (R2).

15. FORNECEDORES E PROVISÕES OPERACIONAIS

Política contábil

Os saldos de fornecedores e provisões operacionais referem-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado, com método de taxa efetiva de juros, quando aplicável.

As provisões operacionais são decorrentes de custos portuários (navegação), rodoviários e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregue pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

Composição

Fornecedores	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Terminais	19.386	24.734	21.167	24.606
Combustível	8.653	2.828	7.860	2.624
Transportadoras	21.441	15.077	21.093	14.890
Equipamentos	4.314	5.102	4.470	5.074
Serviços	23.131	12.180	16.294	9.211
Afretamento	26.316	33.192	4.584	5.210
Embarcações	11.264	-	-	-
Encargos sociais	816	1.093	564	619
Materiais	5.354	5.359	105	5.007
Outros	5.462	3.499	3.476	1.811
	126.137	103.064	79.613	69.052
Provisões operacionais	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Gastos marítimos com transportes de contêineres	18.796	24.183	15.548	21.972
Gastos marítimos com transportes veículos Mercosul	-	1.891	-	1.661
Gastos rodoviários	4.964	9.689	4.964	9.689
Gastos administrativos	2.908	2.185	1.824	2.112
Outros gastos operacionais	3.149	2.133	271	948
	29.817	40.081	22.607	36.382
	155.954	143.145	102.220	105.434
Circulante	155.904	143.008	102.213	105.406
Não circulante	50	137	7	28

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos, encargos, variações monetárias e cambiais. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação.

Composição

	Moeda	Indexador	Taxas e encargos	Vencimento	Consolidado		Controladora	
					31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
BNDES/FMM (a)	R\$	TJLP	2,5% e 4,2%	Abr 2034	450.533	474.725	383.759	407.323
BNDES/FMM (a)	US\$	USD	2,5% e 4,2%	Abr 2034	333.073	333.933	275.557	278.612
Capital de giro (b)	R\$	CDI	127,5%	Mai 2023	383.372	429.214	330.464	371.250
Debêntures (d)	R\$	IPCA	10,0%	Jun 2029	87.890	-	87.890	-
Sale lease back (c)	EUR	USD	10,3%	Mar 2023	-	16.260	-	-
Deutch Leasing	EUR	EUR	5,5%	Nov 2020	1.725	3.380	-	-
Outras	R\$	TJLP	1,4%	2018	-	812	-	812
					1.256.593	1.258.324	1.077.670	1.057.997
Circulante					98.675	107.430	83.805	89.534
Não circulante					1.157.918	1.150.894	993.865	968.463

- (a) Referem-se principalmente a recursos obtidos junto ao Fundo da Marinha Mercante ("FMM"), através de repasse de seu agente financeiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), para construção de embarcações - BNDES/FMM.
- (b) Referem-se principalmente aos recursos contraídos perante as instituições financeiras tais como: Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Santander que repassou em junho/2019 os seus créditos para a JIVE Asset Gestão de Recursos Ltda. Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 4 de junho de 2018, essas dívidas foram reestruturadas em 1 de junho de 2018. A reestruturação da dívida ocorreu nos termos dos entendimentos anteriormente firmados com os credores aderentes, objeto do Fato Relevante divulgado pela Companhia em 10 de novembro de 2017.
- (c) A operação de "Sale lease back" da controlada Log-In International GmbH referente à embarcação NV Resiliente reconhecida anteriormente como imobilizado e sua obrigação como Empréstimos e financiamentos, e passou a ser apresentada como ativos de direito de uso e obrigações com arrendamento mercantil. Os valores foram transferidos para obrigações com arrendamento mercantil, conforme nota explicativa nº 25.
- (d) Em junho de 2019, a Log-In realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor total de R\$90 milhões, tendo sido subscrito o montante de R\$65 milhões em 25 de junho de 2019 e R\$25 milhões em 5 de agosto de 2019. A emissão teve como finalidade financiar o pagamento da última parcela da embarcação Log-In Polaris e os custos de importação. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, constituída por 90 (noventa mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em parcelas mensais e sucessíveis, sendo a primeira parcela devida em 21 de julho de 2020 e a última parcela devida em 21 de junho de 2029, ou seja, 10 (dez) anos contados da data de emissão em 21 de junho de 2019.

Cronograma de amortizações do passivo não circulante

Parcelas vencíveis em	Consolidado	Controladora
	31.12.2019	31.12.2019
2021	99.977	83.112
2022	99.977	83.112
2023	336.975	287.177
2024	63.769	51.839
2025 a 2034	557.220	488.625
	1.157.918	993.865

■ **Movimentação**

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Saldo inicial	1.258.324	1.249.984	1.057.997	1.170.776
Empréstimos captados	-	16.978	-	-
Emissão de debêntures	90.474	-	90.474	-
Custos na emissão de debêntures	(3.364)	-	(3.364)	-
Dação em pagamento (a)	-	(47.720)	-	(47.720)
Transferências (b)	(16.260)	-	-	(114.266)
Variação cambial	13.033	43.325	10.813	35.172
Juros e encargos Empréstimos e financiamentos	88.245	105.939	76.830	91.635
Juros e encargos pagos Empréstimos e financiamentos	(73.572)	(45.663)	(69.304)	(37.462)
Amortização principal Empréstimos e financiamentos	(101.067)	(64.519)	(86.556)	(40.138)
Juros e encargos debêntures	4.990	-	4.990	-
Juros e encargos pagos debêntures	(4.210)	-	(4.210)	-
Saldo final	1.256.593	1.258.324	1.077.670	1.057.997

(a) Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 7 de agosto de 2018, no âmbito da reestruturação de financiamentos bancários, conforme obrigação constituída nos termos da reestruturação de seus financiamentos, a Log-In efetuou o pagamento parcial da dívida existente junto ao Banco Santander, por meio de instrumento definitivo de Dação em Pagamento do seu ativo denominado Terminal de Camaçari (TERCAM) no valor de R\$47,7 milhões. O TERCAM foi dado em alienação fiduciária ao Banco Santander, em garantia de operações financeiras formalizadas em 19 de agosto de 2015.

(b) Operação de "Sale lease back" transferida para obrigações com arrendamento mercantil (nota explicativa nº 14) devido a adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2).

■ **Garantias**

BNDES/FMM

- 50,05% das ações do TVV (cascos 506, 507 e 508);
- 99,99% das quotas da Log-Mar (cascos 506, 507 e 508);
- Embarcações Log-In Jacarandá e Log-In Jatobá (cascos 504 e 505); e
- Fiança bancária no valor de face de R\$6.318 (cascos 506, 507 e 508).

Capital de giro

- 49,85% das ações do TVV;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes; e
- Equipamentos do TVV adquiridos na operação junto ao Deutsche Leasing (*Reachstackers*).

Debêntures

- Alienação fiduciária do navio Polaris; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes.

■ **Cláusulas de covenants**

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de covenants. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter certos índices, conforme detalhado abaixo. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

BNDES/FMM

- Índice de cobertura do serviço da dívida (ICD) não inferior a 0,8 entre 2018 e 2020; e não inferior a 1,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício, nos termos da fórmula $ICD = EBITDA - (IR + CSLL + Variação Capital de Giro) / Serviço da Dívida do Exercício$.
- Índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 10,0 entre os anos de 2019 e 2020; e menor ou igual a 5,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício.

Capital de giro

- Dívida Líquida Ajustado/EBITDA não superior a 4,0. A dívida líquida utilizada para cálculo do índice não considera a dívida junto ao BNDES/FMM, assim como o EBITDA não considera o AFRMM e o resultado não operacional; este índice é calculado ao final de cada semestre.

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 2,5. Para o cálculo desse índice são considerados os índices apenas da controlada TVV; este índice é calculado ao final de cada semestre.

Debêntures

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 6,5. O EBITDA utilizado para cálculo do índice não considera o resultado não operacional; entende-se como resultado não operacional: venda de ativos, provisões/reversões de contingências sem efeito caixa no curto prazo, *impairment*, ganhos por valor justo/atualização de ativos (sem efeito caixa) e despesas reestruturação. O índice é calculado ao final de cada trimestre, sendo o primeiro em 31 de dezembro de 2019.

17. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Política contábil

Uma provisão é reconhecida no momento em que uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, for considerada provável pela Administração e seus assessores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e for possível estimar seu valor de maneira confiável. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das suas operações e, com respaldo dos seus assessores jurídicos a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas.

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

Composição das provisões para riscos

	Consolidado				Controladora
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total	Total
Saldos em 31/12/2018	43.502	1.882	1.459	46.843	7.921
Adições	3.223	177	111	3.511	1.419
Reversões	(7.114)	(1.473)	(893)	(9.480)	(3.017)
Correção monetária	49	40	269	358	259
Transferências	396	252	(747)	(99)	30
Pagamento	(5.365)	(70)	(188)	(5.623)	(556)
Total	34.691	808	11	35.510	6.056

- Trabalhistas: reclamações de empregados pelo não pagamento de horas extras, pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- Tributárias: tributos preteridos na transferência de bens e mudanças na base de cálculo de contribuições para o PIS e a COFINS.
- Cíveis: demandas relacionadas a acidentes e ações indenizatórias.

Em 23 de março de 2007, a Companhia firmou com a Vale S.A. (“Vale”) um acordo, através do qual essa se comprometeu a indenizar a Log-In, por toda e qualquer perda, prejuízo, danos, custos, despesas e outras obrigações de caráter pecuniário, que a Companhia venha a sofrer em decorrência de decisão transitada em julgado dos processos judiciais, administrativos ou arbitragens dos quais a Companhia é ou será parte e cujo fato gerador tenha ocorrido antes da publicação do Anúncio de Encerramento da oferta pública de ações. À medida que perdas efetivas ocorrerem decorrentes desses processos a Companhia irá informar a Vale para fins de reembolso. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Log-In não tem registrado montante a receber da Vale.

■ Passivos contingentes

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhistas	137.355	152.970	48.069	57.980
Tributárias	110.160	103.266	83.004	89.781
Cíveis	30.335	31.529	28.262	27.865
	277.850	287.765	159.335	175.626

■ Ativos contingentes

A Companhia ajuizou em 17 de novembro de 2006 ação contra a União para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. No Mandado de Segurança os pedidos apresentados visam (i) que lhe seja assegurado o direito de não mais incluir os montantes relativos ao ICMS nas bases de cálculo das contribuições PIS/COFINS; e (ii) que seja reconhecido o direito à compensação dos valores recolhidos nos 5 (cinco) anos que precederam ao ajuizamento da ação, com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, devidamente atualizados pela taxa SELIC.

Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu em março de 2017, em princípio, sem a possibilidade de modificação do mérito, que o ICMS não integra a base de cálculo de PIS e COFINS. A União opôs embargos de declaração em outubro de 2017 buscando modular o efeito da decisão, ainda pendente de julgamento.

A Companhia obteve decisão favorável no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (“TRF2”) em julho de 2019, aplicando o mesmo entendimento fixado pelo STF. Atualmente, aguarda-se o trânsito em julgado do acórdão proferido pela 4ª Turma Especializada do TRF2.

Tendo em vista que ainda pendem discussões judiciais acerca da metodologia de cálculo para apuração do crédito, o ativo contingente não pôde ser estimado.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

■ Política contábil

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão. Esses custos são reconhecidos líquidos dos efeitos tributários aplicáveis.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido (Ações em tesouraria). Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Conforme artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404/1976, que somente poderá ser utilizada para: (i) Absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou (ii) Aumento do capital social. Na hipótese do inciso I do caput, a pessoa jurídica deverá recompor a reserva à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

■ Capital social

	31.12.2019		31.12.2018	
	Quantidade de ações e		respectivo percentual	
	ON	%	ON	%
Alaska Investimentos Ltda.	40.177.399	38,56	18.535.364	48,68
Outros Investidores	62.803.020	60,27	18.320.822	48,12
Ações em circulação	102.980.419		36.856.186	
Ações em tesouraria	1.218.772	1,17	1.218.772	3,20
	104.199.191	100,00	38.074.958	100,00

Conforme Estatuto social da Companhia, o capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias ("ON"), e cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O capital social da Companhia pode ser aumentado mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 135.000.000 (cento e trinta e cinco milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal. O Conselho de Administração fixará o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do limite do capital autorizado.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 corresponde a R\$1.333.277 (R\$654.224 em 31 de dezembro de 2018); R\$1.310.322 (R\$654.224 em 31 de dezembro de 2018), líquido dos custos diretos de emissão de ações.

No decorrer do exercício de 2019 o capital social da Companhia aumentou em R\$679.053 (R\$28.150 em 31 de dezembro de 2018), devido a subscrições de 66.124.233 (13.731.931 em 31 de dezembro de 2018) novas ações ordinárias, nominativas e escriturais, de emissão da Companhia.

O aumento de capital ocorrido em 2019 refere-se principalmente a oferta pública primária de ações ordinárias, com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, encerrada em novembro de 2019, onde a Companhia emitiu 43.700.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, que refletiram em um aumento de capital no montante de R\$633.650, ao preço de R\$14,50 por ação, sem considerar as deduções relacionadas a comissões e despesas. Os custos diretos incorridos na emissão dessas novas ações ordinárias foram de R\$34.780, sendo R\$22.955 líquidos dos efeitos tributários.

■ Ações em tesouraria

A Log-In mantém em sua tesouraria 1.218.772 ações ordinárias. Essas ações foram adquiridas no decorrer do exercício de 2008 ao custo médio ponderado de R\$8,35 (valor em reais), por ação.

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na cotação da B3 de 31 de dezembro de 2019 era de R\$25.472 (R\$9.506 em 31 de dezembro de 2018).

■ Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente a subvenção para investimento decorrente do AFRMM, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

Nos exercícios de 2019 e 2018 não foram destinados do resultado a parcela referente ao incentivo para subvenção de investimentos AFRMM devido ao saldo de prejuízos acumulados da Companhia.

As subvenções para investimento não estão sujeitas à tributação, devendo ser registradas como reservas de lucros até o limite do lucro líquido do exercício. O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação vigente.

19. RESULTADO POR AÇÃO

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	11.129	6.002
Quantidade de ações – em milhares		
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	41.575	36.856
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas - Plano de opção de ações	1.290	-
Resultado básico por ação - R\$	0,27	0,16
Resultado diluído por ação - R\$	0,26	0,16

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no período.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido ou (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

20. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

▪ Política contábil

A Companhia aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações que dá aos Administradores e empregados selecionados a possibilidade de adquirir ações da Companhia na forma e condições descritas no Plano. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga, com base no modelo Black&Scholes. A despesa é registrada em uma base pro rata temporis, da data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

▪ Plano de opção de compra de ações – Programa 2016

Aprovado em Assembleia Geral realizada em 17 de agosto de 2016 o Programa de Opção de Compra de Ações (“Programa 2016”) estabelecia as diretrizes para a outorga de opções de compra de ações, de emissão da Log-In, a administradores e outros executivos da Companhia. A quantidade total de ações abrangida pelo Programa 2016 era de 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia.

O prazo de vigência do Programa 2016 extinguiu-se em 18 de dezembro de 2018, com a aprovação em RCA para o exercício das opções outorgadas no referido programa.

▪ Plano de opção de compra de ações - Programa 2019

Aprovado em Assembleia Geral realizada em 25 de abril de 2019 o Programa de Incentivo de Longo Prazo (“Programa 2019”) estabelece as condições para a outorga e exercício de opções de compra de ações de emissão da Log-In, na forma do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) da Companhia até dezembro de 2018.

O Plano prevê a criação de Programas de forma periódica, que deverão identificar os Beneficiários que integrem o programa, o número total de opções outorgadas bem como os critérios para o seu exercício. Na forma do Plano, cada opção de compra outorgada no âmbito deste Programa dará ao Beneficiário o direito de subscrever 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

Este programa entra em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho de Administração e extinguir-se-á em 4 de julho de 2022.

Principais características do Programa 2019	
Quantidade de ações	• 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) opções de compra de ações de emissão da Companhia.
Tipo	<ul style="list-style-type: none"> • 60% das opções de compra outorgadas serão do tipo "A" • 40% restante serão opções de compra do tipo "B"
Carência	<ul style="list-style-type: none"> • As opções de compra outorgadas aos Beneficiários no âmbito do Programa estão sujeitas a 3 (três) Períodos de Carência, assim distribuídos: <ul style="list-style-type: none"> (i) 33,4% (trinta e três vírgula quatro por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa ("Primeira Tranche de Opções") estarão sujeitas a um Período de Carência de 1 (um) ano contado da data da outorga das opções ("Primeiro Período de Carência"); (ii) 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa ("Segunda Tranche de Opções") estarão sujeitas a um Período de Carência de 2 (dois) anos contados da data da outorga das opções ("Segundo Período de Carência"); (iii) 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa ("Terceira Tranche de Opções") estarão sujeitas a um Período de Carência de 3 (três) anos contados da data da outorga das opções ("Terceiro Período de Carência");
Exercício das opções	<ul style="list-style-type: none"> • Período de Exercício para a Primeira Tranche de Opções se iniciará ao final do Primeiro Período de Carência; • Período de Exercício para a Segunda Tranche de Opções se iniciará ao final do Segundo Período de Carência; e • Período de Exercício para a Terceira Tranche de Opções se iniciará ao final do Terceiro Período de Carência. <p>Observado que as opções não exercidas nos prazos acima serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que referida extinção dê direito a qualquer indenização ao Beneficiário.</p>
Preço de exercício	<ul style="list-style-type: none"> • Opções do tipo "A", preço de exercício será correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia nos 90 (noventa) pregões da B3 anteriores à data da aprovação do Programa no âmbito do qual as opções forem outorgadas, ponderada pela quantidade de ações negociadas, aplicado um deságio de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor apurado. • Opções do tipo "B", preço de exercício será de R\$0,01 (um centavo).

■ Premissas para mensuração do valor justo das opções de compra de ações no Programa 2019

O valor justo médio ponderado das opções de compra nas datas das outorgas, foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes, assumindo as premissas listadas abaixo:

	Preço de exercício	Valor justo no dia da outorga	Quantidade de ações
Plano 2019 (tipo a.1)	4,24	4,24	345.356
Plano 2019 (tipo a.2)	4,24	4,66	344.322
Plano 2019 (tipo a.3)	4,24	5,02	344.322
Plano 2019 (tipo b.1)	0,01	8,09	386.104
Plano 2019 (tipo b.2)	0,01	8,09	384.948
Plano 2019 (tipo b.3)	0,01	8,09	384.948
			2.190.000

■ Movimentação das opções outorgadas no Programa 2019

	Quantidade de ações em milhares
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Opções outorgadas	2.190
Opções exercidas	(900)
Opções canceladas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.290

Em 31 de dezembro de 2019, o percentual de opções outorgadas referente ao Programa 2019 é de 1,24% do total de ações emitidas pela Companhia.

▪ **Despesas com plano de opção de compra de ações**

	Consolidado e Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
Plano de opção de ações	3.179	1.894

21. BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA NO LONGO PRAZO - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

▪ **Política contábil**

A Companhia proporciona benefício a seus empregados no longo prazo que engloba plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. No plano de contribuição definida a Companhia faz contribuições fixas à VALIA e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com serviço do empregado no período corrente e anterior.

Os pagamentos a plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito às contribuições são prestados pelos empregados.

Os participantes efetuam contribuições mensais para o Plano VALE MAIS que variam entre 1% a 9% do salário de participação e as contribuições da Companhia são equivalentes às dos participantes limitadas, porém a 9% do salário de participação.

▪ **Composição**

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Contribuições pagas pela Companhia	1.945	1.969	1.403	1.362

22. RECEITA LÍQUIDA

▪ **Política contábil**

A Companhia reconhece suas receitas das principais fontes a seguir:

- Navegação Costeira – Contêineres, serviços de transporte de contêineres (serviços de fretes) por toda a costa brasileira e também no Mercosul. Também são realizados dois serviços Shuttle que ligam os portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória.
- Navegação Costeira – Veículos: operação de transporte de veículos em navios “Roll On Roll Off”. Os veículos são transportados por empilhadeiras dentro do navio, tal qual uma garagem onde os veículos ficam uns sobre os outros.
- Terminal Portuário de Vila Velha – TVV: operações de embarque e desembarque de contêineres, movimentação de cargas em geral e os serviços de armazenagem. O TVV também é especializado na operação de navios de carga geral.
- Terminais intermodais: oferece serviços de armazenagem, separação e cross-docking. Os terminais têm como foco a integração com a navegação costeira com ênfase na multimodalidade.

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Companhia reconhece as receitas de acordo com as obrigações de desempenho dos serviços prestados aos clientes. Os serviços de frete são reconhecidos como obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos.

▪ **Composição**

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Receita de fretes	915.001	864.619	790.559	675.066
Mercado interno	627.266	510.067	618.804	509.188
Mercado externo	287.735	354.552	171.755	165.878
Receita de serviços	256.582	209.820	36.859	41.887
Mercado interno	116.464	83.958	36.497	41.237
Mercado externo	140.118	125.862	362	650
Receita bruta	1.171.583	1.074.439	827.418	716.953
Impostos sobre as receitas	(119.379)	(97.006)	(97.548)	(80.657)
Receita líquida	1.052.204	977.433	729.870	636.296

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

▪ **Composição**

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base em sua função. As demonstrações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Pessoal, encargos e benefícios	(140.974)	(105.330)	(81.432)	(58.502)
Material	(13.413)	(12.754)	(6.509)	(5.292)
Óleo combustível e gases	(86.065)	(80.874)	(81.261)	(76.982)
Afretamento, locações e arrendamentos	(172.184)	(275.852)	(76.102)	(114.250)
Serviços contratados	(413.147)	(334.386)	(323.445)	(274.636)
Depreciação e amortização	(98.664)	(63.714)	(69.841)	(36.420)
Outros	(18.901)	(48.968)	(16.706)	(35.073)
	(943.348)	(921.878)	(655.296)	(601.155)
Classificado como:				
Custos dos serviços prestados	(854.222)	(843.560)	(581.942)	(543.786)
Despesas administrativas e comerciais	(89.126)	(78.318)	(73.354)	(57.369)
	(943.348)	(921.878)	(655.296)	(601.155)

24. RESULTADO FINANCEIRO

▪ **Composição**

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	3.175	1.368	4.803	1.208
Juros incidentes (reversão) sobre tributos a recuperar	(517)	46.191	-	289
Juros e comissões	2.340	820	614	794
Outras	858	350	772	326
	5.856	48.729	6.189	2.617
Despesas financeiras				
Encargos empréstimos e financiamentos	(88.149)	(105.642)	(76.830)	(91.726)
Encargos debêntures	(5.367)	(189)	(5.367)	(189)
Encargos Financeiros com arrendamento mercantil	(9.064)	-	(9.064)	-
Reversão (constituição) juros provisão para riscos	(1.894)	(2.744)	(1.051)	(511)
Juros e comissões	(7.439)	(11.893)	(6.960)	(6.040)
Perda com cessão de direitos precatórios - AFRMM	(8.160)	-	(8.160)	-
Outras	(8.139)	(9.131)	(5.429)	(7.245)
	(128.212)	(129.599)	(112.861)	(105.711)
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Variações monetárias e cambiais ativas	32.044	17.827	20.975	2.727
Variações monetárias e cambiais passivas	(56.473)	(68.630)	(47.988)	(44.749)
	(24.429)	(50.803)	(27.013)	(42.022)
	(146.785)	(131.673)	(133.685)	(145.116)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos é determinada no seu reconhecimento inicial, conforme o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais presentes no IFRS 9/CPC 48. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não possuía operações com derivativos em aberto.

■ Categoria dos principais instrumentos financeiros e seus valores justos

	Consolidado			
	31.12.2019		31.12.2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiro ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	55.315	55.315	17.030	17.030
Aplicações financeiras	10.805	10.805	6.318	6.318
Contas a receber de clientes	145.484	145.484	138.764	138.764
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	608.167	608.167	-	-
Passivo financeiro ao custo amortizado				
Fornecedores	126.137	126.137	103.064	103.064
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.256.593	1.256.593	1.258.324	1.258.324
Obrigações com arrendamento mercantil	88.523	88.523	-	-

	Controladora			
	31.12.2019		31.12.2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiro ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	49.444	49.444	13.242	13.242
Aplicações financeiras	9.678	9.678	6.318	6.318
Contas a receber de clientes	115.824	115.824	118.110	118.110
Valores a receber de partes relacionadas	27.251	27.251	14.165	14.165
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	608.167	608.167	-	-
Passivo financeiro ao custo amortizado				
Fornecedores	79.613	79.613	69.052	69.052
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.077.670	1.077.670	1.057.997	1.057.997
Valores a pagar a partes relacionadas	69.943	69.943	46.448	46.448
Obrigações com arrendamento mercantil	74.597	74.597	-	-

■ Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou “impaired” é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às demonstrações históricas de inadimplência de contrapartes.

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos com boas classificações das agências de risco.

■ **Gestão de risco**

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco mencionados a seguir no item “Risco de Mercado”. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e sugere melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle.

■ **Risco de mercado**

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços, porém os mesmos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos no período social atual.

Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposto são os seguintes:

(a) Risco cambial

A parcela dos financiamentos em moeda estrangeira (Dólar), no montante de R\$348.359 (R\$333.933, em 31 de dezembro de 2018), corresponde a 29,81% (27,8% em 31 de dezembro de 2018) da dívida da Companhia (Consolidado); o efeito cambial decorrente pode ser relevante no vencimento do endividamento no curto e médio e longo prazos.

(b) Risco de taxa de juros

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros variáveis que são aplicadas aos seus passivos financeiros. A Companhia está exposta as seguintes taxas de juros variáveis:

Indexador	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
TJLP	450.533	475.536	383.759	408.135
CDI	383.372	432.594	330.464	371.250

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Companhia não tem contratos derivativos para fazer hedge contra estes índices, entretanto os riscos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia a sua exposição e propõem as estratégias a serem adotadas.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos financeiros, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surjam.

O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2019:

	Consolidado					
	Total	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	126.137	113.015	6.889	6.183	50	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.256.593	12.252	22.865	63.558	701.000	456.918
	1.382.730	125.267	29.754	69.741	701.050	456.918

	Controladora					
	Total	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	79.613	72.824	6.305	477	7	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.077.670	10.588	19.300	53.917	593.611	400.254
Partes relacionadas	69.943	8.214	3.919	19.302	38.508	-
	1.227.226	91.626	29.524	73.696	632.126	400.254

(d) Risco de gerenciamento de capital

A política da Companhia tem como objetivo estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Além do capital próprio, a Companhia usa o de terceiros para financiar suas atividades, otimizando sua estrutura de capital. Os níveis de endividamento são monitorados em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital.

A dívida bruta consiste na soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto (circulante) e longo (não circulantes) prazos conforme detalhados na nota explicativa nº 14. A dívida líquida da Companhia é representada pelas obrigações totais que a Companhia contraiu junto ao Sistema Financeiro deduzido da sua posição de caixa e equivalentes de caixa e as suas aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo devido aos prejuízos acumulados de exercícios anteriores. Com a capitalização ocorrida em novembro de 2019 por meio da oferta pública primária de ações ordinárias (nota explicativa nº 17), o patrimônio líquido está positivo. Com os recursos captados a Companhia assegura a continuidade operacional dos seus negócios no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2019 o índice de alavancagem financeira da Companhia é conforme tabela abaixo:

	Consolidado
Índice de alavancagem financeira	31.12.2019
Dívida bruta	1.256.593
Caixa e equivalentes de caixa	(55.315)
Aplicações financeiras	(618.972)
Dívida líquida	582.306
Patrimônio líquido	316.927
Relação dívida líquida/capital	1,8

(e) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota a política de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes quando apropriado, como meio de mitigar o risco financeiro. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, através da análise de indicadores econômico-financeiros. Também visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições com boas avaliações de *rating*.

■ **Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos**

A Companhia avaliou e entende que os valores justos de seus principais instrumentos financeiros não derivativos em 31 de dezembro de 2019 se aproximam dos valores contábeis reconhecidos considerando as características de determinados ativos e passivos financeiros, prazo de realização ou vencimento no curto prazo, conforme aplicável, ou por estarem indexados a taxas variáveis de mercado.

Para estimar o valor justo de seus principais instrumentos financeiros não derivativos, a Administração utilizou as seguintes premissas:

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Representam passivos financeiros atualizados com juros estipulados pelo BNDES/FMM e outras instituições financeiras, parte por variação cambial. A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo.

■ **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº 475/08**

A Companhia apresenta a seguir demonstrações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos. Esta análise considerou um cenário básico projetado para o exercício de 2019 e outros dois levando-se em conta uma variação em relação às premissas básicas de 25% e 50%. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera as seguintes variações previstas para 31 de dezembro de 2019: Dólar 4,05; TJLP 5,09% a.a.; e CDI 4,15% a.a.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários na Companhia no exercício de 2019 seriam os seguintes:

Consolidado						
Risco de taxa de câmbio	Risco	US\$	31.12.2019	Cenário Base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Contas a receber de clientes	USD	9.161	36.926	5.490	16.094	26.698
Contas a receber de partes relacionadas	USD	3.145	12.676	1.885	5.525	9.165
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(86.427)	(348.359)	(51.795)	(151.834)	(251.873)
Fornecedores	USD	(9.715)	(39.157)	(5.822)	(17.067)	(28.312)
Contas a pagar a partes relacionadas	USD	(2.162)	(8.716)	(1.296)	(3.799)	(6.302)
Obrigações com arrendamento mercantil	USD	(13.259)	(53.442)	(7.946)	(23.293)	(38.640)
Exposição líquida		(99.257)	(400.072)	(59.484)	(174.374)	(289.264)
PTAX			4,03	4,63	5,79	6,95

Consolidado					
Risco de taxa de juros	Risco	31.12.2019	Cenário Base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	TJLP	450.533	2.163	(3.570)	(9.304)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	383.372	6.862	2.885	(1.093)
TJLP		5,57%	5,09%	6,36%	7,63%
CDI		5,94%	4,15%	5,19%	6,23%

26. INFORMAÇÕES PARA A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

■ Transações não envolvendo caixa

Atividades de investimento	Consolidado		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Arrendamento mercantil (adoção inicial)	93.855	-	93.855	-
Transferência "Sale lease back" (adoção inicial)	33.876	-	-	-
Adições ao imobilizado em curso	1.248	-	261	-
	125.080	47.700	109.666	47.700

■ Variações nos passivos resultantes das atividades de financiamento

A tabela a seguir detalha as variações nos passivos da Companhia resultantes de atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa.

	Consolidado				
	Capital social	Obrigações com arrendamento mercantil	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Mútuos com controladas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	654.224	-	1.258.324	-	1.912.548
Alterações que afetam caixa					
Aumento de capital por subscrição de ações	679.053	-	-	-	679.053
Custos diretos de emissão de ações	(34.780)	-	-	-	(34.780)
Empréstimos captados	-	-	-	-	-
Emissão de debêntures	-	-	90.474	-	90.474
Custos na captação de debêntures	-	-	(3.364)	-	(3.364)
Mútuos com controladas	-	-	-	-	-
Amortização empréstimos e financiamentos	-	-	(101.067)	-	(101.067)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(77.782)	-	(77.782)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	(43.980)	-	-	(43.980)
Alterações que não afetam caixa					
Impostos custos diretos de emissão de ações	11.825	-	-	-	11.825
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	-	11.633	106.268	-	117.901
Dividendos de controlada compensado	-	-	-	-	-
Adições arrendamento mercantil e outros	-	10.755	-	-	10.755
Arrendamento mercantil (adoção inicial)	-	93.855	-	-	93.855
Transferência "Sale lease back" (adoção inicial)	-	16.260	(16.260)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.310.322	88.523	1.256.593	-	2.655.438

	Controladora				
	Capital social	Obrigações com arrendamento mercantil	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Mútuos com controladas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	654.224	-	1.057.997	24.403	1.736.624
Alterações que afetam caixa					
Aumento de capital por subscrição de ações	679.053	-	-	-	679.053
Custos diretos de emissão de ações	(34.780)	-	-	-	(34.780)
Empréstimos captados	-	-	-	-	-
Emissão de debêntures	-	-	90.474	-	90.474
Custos na captação de debêntures	-	-	(3.364)	-	(3.364)
Captação de mútuos com controladas	-	-	-	39.967	39.967
Pagamento de mútuos com controladas	-	-	-	(12.147)	(12.147)
Amortização empréstimos e financiamentos	-	-	(86.556)	-	(86.556)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(73.514)	-	(73.514)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	(39.384)	-	-	(39.384)
Alterações que não afetam caixa					
Impostos custos diretos de emissão de ações	11.825	-	-	-	11.825
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	-	9.882	92.633	1.835	104.350
Dividendos de controlada compensado	-	-	-	(15.550)	(15.550)
Adições arrendamento mercantil e outros	-	10.244	-	-	10.244
Arrendamento mercantil (adoção inicial)	-	93.855	-	-	93.855
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.310.322	74.597	1.077.670	38.508	2.501.097

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em março de 2020, a Companhia adquiriu uma nova embarcação porta-contêineres com capacidade de 2.800 TEUS, pelo montante aproximado de US\$ 13,1 milhões.
- A companhia avaliou os eventuais efeitos do Cononavirus (COVID-19) em suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019 e ressalta que até a data de 16 de março de 2020, não houve impacto relevante ou material em seus negócios que justificasse alteração nos números divulgados. A Administração da Log-In tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de pessoas e ativos.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2020.